



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU**  
**MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO**

**ADRIANO FIGUEIREDO DE SOUZA GOMES**

**A ILEGITIMIDADE DE O DIREITO PENAL REPRIMIR AS  
INFRAÇÕES CONTRA O MEIO AMBIENTE À LUZ DA  
TEORIA DO GARANTISMO PENAL**

Salvador-BA  
2013

**ADRIANO FIGUEIREDO DE SOUZA GOMES**

**A ILEGITIMIDADE DE O DIREITO PENAL REPRIMIR AS  
INFRAÇÕES CONTRA O MEIO AMBIENTE À LUZ DA  
TEORIA DO GARANTISMO PENAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFBA como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito Público.

Orientadora: Professora Doutora Alessandra Rapassi Mascarenhas Prado

Salvador-BA  
2013

S586

Gomes, Adriano Figueiredo de Souza,

A ilegitimidade de o direito penal reprimir as infrações contra o meio ambiente à luz da teoria do garantismo penal / por Bruno Nova Silva. – 2013. 160 f.

Orientadora: Professora Doutora Alessandra Rapassi Mascarenhas Prado. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, 2013.

1. Garantismo Penal. 2. Direito Penal Ambiental. I. Universidade Federal

CDD- 345

**ADRIANO FIGUEIREDO DE SOUZA GOMES**

**A ILEGITIMIDADE DE O DIREITO PENAL REPRIMIR AS  
INFRAÇÕES CONTRA O MEIO AMBIENTE À LUZ DA  
TEORIA DO GARANTISMO PENAL**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

**Banca Examinadora**

---

Nome: **Alessandra Rapassi Mascarenhas Prado**

Titulação e instituição: Doutor – PUC/SP

---

Nome: **Sebastião Borges de Albuquerque Mello**

Titulação e instituição: Doutor – UFBA

---

Nome:

Titulação e instituição: Doutor

Salvador, \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2013

## **RESUMO**

A proposta do presente trabalho reside, preliminarmente, no estudo acerca da categoria jurídica denominada legitimidade para finalidade de analisar a ilegitimidade da intervenção jurídico-penal na seara ambiental. Registre-se, além disso, que as conclusões extraídas desta presente formulação estão alicerçadas no referencial teórico garantista penal (especificamente em sua garantia substancial: o princípio da estrita legalidade), o qual consolida, além da máxima efetivação da tutela dos valores e direitos fundamentais assegurados à ordem social, o modelo de criminalização mínima (Direito Penal Mínimo), nos quadros do Estado Constitucional de Direito. Ademais, com amparo nas premissas e decorrências lógicas da Teoria do Garantismo Penal, procurou-se demonstrar a ilegitimidade do Direito Penal em reprimir as infrações contra o bem jurídico meio ambiente.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

LEGITIMIDADE. REFERENCIAL TEÓRICO GARANTISTA. DIREITO PENAL. MEIO AMBIENTE

## **ABSTRACT**

The purpose of this scientific work is the study of the legal category called legitimacy to analyze the purpose of the legitimacy of legal and criminal action in the camp environment. Moreover, the conclusions from this present formulation are grounded in theoretical garantism criminal (specifically in its substantial guarantee: the principle of strict legality), which consolidates, beyond the maximum effectiveness of the protection of fundamental rights and values secured to the social order, the minimal model of criminalization (minimum Criminal Law), the staff of the State Constitutional Law. Finally, with support on logical assumptions and consequences of the Theory of Criminal guaranteeism, tried to demonstrate the illegitimacy of the criminal law to suppress offenses against the legal environment.

## **KEY WORDS**

LEGITIMACY. THEORETICAL GARANTISM. CRIMINAL LAW. ENVIRONMENT

## SUMÁRIO

<b>1. NOTAS INTRODUTÓRIAS.....</b>	<b>01</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO: APORTES JURÍDICO-FILOSÓFICOS ACERCA DO GARANTISMO PENAL.....</b>	<b>03</b>
2.1 Enquadramento Técnico-Dogmático acerca da Teoria do Garantismo Penal....	03
2.2 A Base Epistemológica do Garantismo Penal.....	10
2.3 Pilares do Garantismo Penal: Legalidade Estrita e Estrita Jurisdicionari- Em busca das Garantias Penais e Processuais Penais enquanto reflexo das Diretivas do Estado de Direito.....	15
<b>3. A LEGITIMIDADE DO DIREITO PENAL SOB A PERSPECTIVA DO MODELO TEÓRICO GARANTISTA.....</b>	<b>23</b>
3.1 Necessárias Considerações sobre a Categoria Jurídica Legitimidade.....	23
3.2 Neoconstitucionalismo: Paradigma da Necessária Efetivação dos Direitos Fundamentais e da Afirmação da Normatividade Principiológica.....	34
3.3 Direito Penal Mínimo e Garantismo Penal: Demarcação de Contornos Teóricos.....	43
3.4 Legitimidade Garantista: Limites de uma Legitimação Interna (Técnico-Jurídica) e Externa (Princípios de Justiça).....	53
<b>4. A TUTELA JURÍDICO-PENAL DO MEIO AMBIENTE SOB O VIÉS DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO.....</b>	<b>61</b>
4.1 O Meio Ambiente enquanto Bem Jurídico posto sob a Tutela Penal.....	61
4.2 Do Direito Penal Clássico ao Direito Penal Moderno: A Tutela Penal Ambiental.....	86
<b>5. A ILEGITIMIDADE(?) DA TUTELA JURÍDICO-PENAL DO MEIO AMBIENTE...97</b>	<b>97</b>
5.1 Intervenção Penal Mínima e Tutela Jurídico-Penal do Meio Ambiente: Esfacelamento do Princípio Constitucional da Subsidiariedade ( <i>Ultima Ratio</i> ).....	97
5.2 Distorções penais (inobservância à legalidade estrita) e processuais penais (inobservância à estrita jurisdicionari- à luz do Garantismo Penal.....	109
5.3 A Ilegitimidade de o Direito Penal reprimir as infrações contra o meio ambiente à luz do referencial teórico garantista.....	131

**6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....141**

**7. REFERÊNCIAS.....152**